

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE JOVENS E ADULTOS ARTICULADA À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional em Auxiliar
Administrativo (EJA - EPT) - Nível Fundamental - Ofertado em Parceria com a Prefeitura
Municipal de Araranguá

CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

SOMBRIO/SC
DEZEMBRO/2020

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

LUCAS SPILLERE BARCHINSKI
DIRETOR GERAL DO *CAMPUS*

VICTOR MARTINS DE SOUSA
DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

LUCYENE LOPES DA SILVA
COORDENADORA DO CURSO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

ALEX FABIANO WEHRLE
ANA MARIA DE MORAES
CARLA SOFIA DIAS BRASIL
LUCYENE LOPES DA SILVA
KÊNIA ZANELLA
VICTOR MARTINS DE SOUSA

SUMÁRIO

1. Apresentação	5
1.1. Detalhamento do curso da qualificação profissional	6
2. Justificativa de oferta do curso	8
3. Princípios filosóficos e pedagógicos da EJA-EPT	100
3.1 Objetivos do curso	100
3.1.1. Objetivo geral	100
3.1.2. Objetivos específicos	100
3.2 Requisitos e formas de acesso	111
3.3. Acompanhamento e monitoramento das ações de evasão, permanência e êxito	111
3.4. Políticas de atendimento ao estudante	111
4. Organização didático-pedagógico	133
4.1. Perfil do egresso	133
4.2. Organização curricular	133
4.2.1 Da integração e organicidade curricular	144
4.2.2. Curricularização da pesquisa e extensão	155
4.2.3. Prática Profissional	155
4.2.4 Organização de tempos e espaços	166
4.2.5 Da mediação	17
4.2.6 Aproveitamento de estudos	18
4.3 Atividades não presenciais	18
4.4. Matriz curricular	18
4.5. Ementário	19
5. Acessibilidade	234
6. Avaliação	266
6.1 Recuperação paralela	27
6.2 Aprovação	28
7. Sistema de avaliação do curso	30
8. Expedição de diploma e certificados	31
9. Corpo docente e técnico administrativo em educação do IFC	32
9.1. Corpo docente	32
9.2. Coordenação de curso	32
9.3. NDB	32
9.4. Colegiado	32
9.5. Corpo técnico administrativo em educação	33
9.6. Políticas de capacitação para docentes e técnicos administrativos em educação	35
10. Instalações físicas	36
10.1. Biblioteca	366
10.2. Áreas de ensino específicas	36

10.3. Área de esporte e convivência	36
10.4. Área de atendimento ao estudante	36
11. Referências	38

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE JOVENS E ADULTOS ARTICULADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1. Apresentação

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que visa responder, de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os Estados, os IF contêm a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, a instituição oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei nº 11.892/2008 sejam alcançados, faz-se necessária a elaboração de documentos que orientem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Institucional (PPI), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) de Auxiliar Administrativo - Nível Fundamental - com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, com o PPI, a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa do curso. Cabe salientar que, devido à importância do Projeto Pedagógico do Curso PROEJA¹ (PPCP), esse deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado constantemente.

Vale ressaltar que a EJA-EPT abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos, buscando a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual. Assume-se, dessa forma, o trabalho na sua perspectiva não alienante.

A EJA-EPT faz parte da política educacional brasileira que busca a inclusão e a emancipação social daqueles que foram privados de acesso e permanência escolar. Busca-se a formação plena do indivíduo, através da compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte.

Através dessa perspectiva o educando deve tornar-se protagonista da própria história, que fará parte da construção coletiva do conhecimento e da cidadania através do respeito, diálogo, reconhecimento do outro e da diferença.

Em consonância com os objetivos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT), a Secretaria de Educação Básica/MEC (SEB) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) selecionou em 2020 o IFC para efetivar, juntamente com outros 11 IF, o Projeto Básico para Desenvolvimento de Ações para Implementação da Política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada à Educação Profissional, que se somam aos 11 IF selecionados em 2019.

Neste contexto, o presente projeto firma o compromisso com a oferta de curso de qualificação profissional integrada ao Ensino Fundamental para os estudantes da modalidade de

¹ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA)

Educação de Jovens e Adultos (EJA- EPT) da Prefeitura Municipal de Araranguá. Ainda, visando contribuir para o fortalecimento da EJA-EPT em SC e dar solidez para esta ação, a pactuação com a SEB engloba outros eixos eixos que se integram a oferta de cursos de qualificação profissional, sendo: **Mobilização** da comunidade e das redes; **Formação Continuada** em EJA- EPT para os servidores envolvidos nos municípios de abrangência desta oferta; produção de **Material Didático**; acompanhamento e **Monitoramento** para permanência e êxito dos estudantes e fomento ao desenvolvimento de projetos de **Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação** vinculados a EJA-EPT.

1.1. Detalhamento do curso da qualificação profissional

Denominação do Curso	
Titulação do curso	Auxiliar Administrativo
Modalidade	Presencial
Eixo tecnológico	Gestão e Negócios
Quantidade de vagas	20 vagas
Turno de oferta	Noturno
Regime de matrícula	Anual
Carga horária total do curso	1800 horas relógio
Carga horária formação geral	1600 horas
Carga horária da Qualificação Profissional	200 horas
Carga horária de estágio curricular supervisionado obrigatório, se houver	Não se aplica
Tempo de duração do curso	2 anos
Periodicidade de oferta	Anual
Local de funcionamento	EEB João Matias
Instituição conveniada:	Prefeitura Municipal de Araranguá
Legislação	<p>Resolução nº 53 CONSUPER de 2010 que dispõe sobre criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos PPC do PROEJA;</p> <p>Decreto n. 5840/2006 de 13 de julho de 2006, que institui o PROEJA;</p> <p>Guia PRONATEC de Cursos FIC;</p> <p>Documento Base Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de jovens e adultos - Formação Inicial e Continuada - Ensino Fundamental - MEC/SETEC, 2007;</p> <p>Qualificação Profissional integrada ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos das Redes Municipais e Estadual de Educação de Santa Catarina - IFC, 2020;</p> <p>Resolução nº 10 CONSUPER de 2020 que dispõe sobre as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT), Instituto</p>

	<p>Federal Catarinense (IFC);</p> <p>Resolução CNE/CEB nº. 1/2000 de 5 julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA;</p> <p>Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação;</p> <p>Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 40/2004 trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB);</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 4/2010 define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;</p> <p>Lei nº 11.788/2008 que trata sobre estágios;</p> <p>Lei nº 11.892/2008 que trata da criação dos Institutos Federais;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 2/2005 modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação;</p> <p>Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);</p> <p>Lei nº 10.098/2000 que trata das questões sobre acessibilidade;</p> <p>Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;</p> <p>Parecer CNE/CP Nº 1/2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;</p> <p>Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica);</p> <p>Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.</p>
--	---

2. Justificativa de oferta do curso

A modalidade de educação de jovens e adultos, no Brasil, perpassa um cenário de exclusão. Não se constituiu como predominante na sociedade brasileira a transição do jovem para o mundo do trabalho após finalizada a escolaridade básica, mas, especialmente, o ingresso precoce deste no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo e trabalho. Esses jovens e adultos excluídos do sistema de ensino por diversas razões (gênero, etnia, classe) representam as múltiplas ausências que a sociedade brasileira, excludente, relega para grande parcela da população desfavorecida economicamente, socialmente e culturalmente (BRASIL, 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000), consoante com a nova LDB (9394/96), apontam, então, três funções como responsabilidade da educação de jovens e adultos: reparadora (restaurar o direito de uma escola de qualidade), equalizadora (restabelecer a trajetória escolar) e qualificadora (propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida). Portanto, as finalidades e funções específicas desta modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos...

[...] indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito (PARECER CNE/CEB no 11/2000).

É preciso enfrentar os problemas da educação, o Plano Nacional da Educação – (PNE) de 2014-2024 estabelece 20 metas para encarar os desafios educacionais do país, sendo as metas 9 e 10, especificamente, destinadas à EJA. A meta 9 desempenha um papel importante na luta pela ampliação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, entretanto, para a finalidade dessa proposta de trabalho, destacamos a meta 10:

A Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) traça como objetivo ampliar as matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental (EF) e no ensino médio (EM) na forma integrada à educação profissional, com vistas a alcançar o valor de 25% do total de matrículas nessa modalidade até o final do Plano. A meta busca estimular os jovens e os adultos a concluírem a educação básica e, ao mesmo tempo, capacitá-los para atuar no mercado de trabalho. Objetiva-se, assim, superar a dicotomia escola-trabalho que muitas vezes é imposta a esse público. Nesse sentido, a Meta 10 reitera o objetivo do PNE de colocar em curso políticas e ações que ampliem não só a escolaridade, mas também a formação para o trabalho dos jovens e dos adultos brasileiros – em especial aqueles mais pobres –, e, assim, contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes. A integração da EJA à educação profissional impõe aos gestores públicos diversos desafios, como formação do profissional para lecionar para esse público, integração curricular, desenvolvimento de metodologias de ensino específicas, infraestrutura das escolas etc.

Neste cenário, o IFC assume a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como política centrada na integração entre formação geral e educação profissional – educação integrada. Tal política busca romper com a lógica de programas focais, imediatistas e fragmentados, com caráter de treinamento para o trabalho centrado na empregabilidade, e coloca como desafio incorporar à formação de jovens e adultos novas formas de relação com o trabalho. A formação humana não é exclusividade do mundo do trabalho ou do mundo da educação, o que implica percebê-la como ponto de intersecção entre trabalho e educação. “Nessa intersecção, que compreende múltiplas dimensões, a qualificação nunca é apenas 'profissional' (dimensão técnica), mas sempre 'social' (dimensão sociolaboral)” (BRASIL, 2007, p. 46).

Cumprindo a função social desta Instituição, que é a de atender esse público que não teve a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluiu na faixa etária regular indicada na legislação brasileira e, considerando a Meta 10 do PNE 2014-2024 que determina que sejam ofertadas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos,

bem como o que está previsto no decreto 5.840/2006, o IFC tem como meta a oferta desta modalidade de ensino em todos os *campi*, conforme previsto na Plano de Desenvolvimento Institucional. Além da previsão institucional de oferta de cursos EJA- EPT em todos os *campi*, desde o ano de 2019 o IFC tem um grupo de trabalho responsável por articular institucionalmente a elaboração de uma política voltada para a EJA-EPT, que orienta a oferta dos cursos nesta modalidade da Instituição. Há de se ressaltar a importância desse grupo para o diálogo permanente sobre a EJA-EPT na instituição, sendo um espaço de formação e elaboração de ações voltadas para o público específico da modalidade.

Destaca-se, ainda, a referência institucional a EJA-EPT ao invés de PROEJA, que tem o sentido de reforçar o compromisso da oferta da referida modalidade na instituição, considerando que políticas e ações permanentes vão muito além do que propõe um programa. Nesse sentido, já há previsão institucional das formas e possibilidades de oferta da EJA-EPT, podendo o curso ser proposto na sua totalidade pela instituição ou em parceria com as redes estadual ou municipal de ensino, seja mediante a articulação com um curso de qualificação profissional ou com um curso técnico. Neste sentido, o IFC vem por este projeto aderir a pactuação com a SETEC/SEB, como forma de fortalecer a política de EJA- EPT da instituição, de possibilitar o avanço do IFC nas metas estabelecidas atreladas a modalidade e de ampliar o atendimento às populações do público alvo da EJA- EPT.

A região de Araranguá, tem crescido com negócios empresariais e novos empreendimentos, portanto a demanda por mão de obra qualificada, não só na cidade de Araranguá, assim como na Região da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), vem aumentando a cada dia. Optou-se pela Qualificação Profissional em Auxiliar Administrativo integrada ao Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em razão da demanda apresentada pelos Diretores Lojistas, Indústrias e Consulta Pública realizada em Sombrio (SC), cidade do *Campus* Avançado Sombrio do IFC.

A Qualificação Profissional em Auxiliar Administrativo integrada ao Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos será oferecida em Araranguá considerando-se ser o município com o maior número de alunos EJA do ensino fundamental da AMESC. Desta forma busca qualificar os estudantes para aumento da escolaridade, maior empregabilidade e consequentemente inserção social. Assim, justifica-se a necessidade de oferta da Qualificação Profissional em Auxiliar Administrativo integrada ao Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

3. Princípios filosóficos e pedagógicos da EJA-EPT

Os cursos que articulam a Educação Profissional e Tecnológica com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA- EPT) são organizados com base nos seguintes princípios educativos:

I – trabalho, como produção da condição humana, campo de aprendizagem e conhecimento;

II – articulação entre:

- a) diferentes sujeitos sociais e suas formas organizativas;
- b) teoria e prática;
- c) educação básica e profissional;
- d) fatos e seus contextos;
- e) trabalho, ciência, tecnologia e cultura;
- f) elementos curriculares;
- g) ensino, extensão, pesquisa, inovação e gestão.

III – inclusão, como ação de reconhecimento, empoderamento e visibilidade da singularidade dos sujeitos sociais e suas identidades coletivas;

IV – emancipação, como construção e exercício da autonomia, liberdade, criticidade e autoridade dos sujeitos sociais;

V – coletividade, como garantia da legitimidade dos processos decisórios de planejamento e gestão democráticos;

VI – dialogicidade, como prática comunicativa e reflexiva entre os sujeitos, suas histórias de vida, seus saberes e o conhecimento científico e tecnológico;

VII – direitos humanos, como reconhecimento da diferença e dignidade inerentes a todos os sujeitos sociais que precisam ter seus direitos respeitados, defendidos e promovidos.

3.1 Objetivos do curso

3.1.1. Objetivo geral

Promover a inclusão social de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, proporcionando condições para que constituam sua cidadania e possam ter acesso à qualificação profissional, com possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou melhoria na sua condição de sujeito trabalhador.

3.1.2. Objetivos específicos

- Compreender o sujeito como ser histórico-social capaz de transformar a realidade em que vive por meio dos conhecimentos adquiridos;
- Ofertar educação comprometida com as três funções definidoras da Educação de Jovens e Adultos: a reparadora, pois permite o retorno à sala de aula desse jovem/adulto; a equalizadora, por permitir que ele volte ao ponto de onde parou, sem qualquer prejuízo; e a função permanente, que propicia a atualização do conhecimento, aquele que vai acompanhá-lo pelo resto de suas vidas e pode ser chamado de qualificadora;
- Ter o trabalho como princípio educativo no sentido de que o trabalho permite a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências;
- Preparar o educando para o trabalho e a cidadania, para que ele continue aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Capacitar o educando para compreender os fundamentos científico-tecnológicos, relacionando a teoria com a prática;

- Capacitar o educando para utilizar o raciocínio lógico, crítico e analítico, visando à resolução de problemas;
- Atender às expectativas e demandas da sociedade e do mercado de trabalho;
- Promover a inserção de novos profissionais com plena qualificação para o mercado de trabalho, considerando o arranjo produtivo da região.

3.2. Requisitos e formas de acesso

O ingresso dos alunos no curso EJA-EPT integrado será por edital específico.

3.3. Acompanhamento e monitoramento das ações de evasão, permanência e êxito

Será constituída comissão para o acompanhamento e o monitoramento das ações relativas a evasão, permanência com objetivo de propor estratégias para a superação da evasão, condições para permanência e êxito na modalidade da EJA- EPT do curso.

Serão ações da comissão de acompanhamento e monitoramento deve, juntamente com a coordenação de curso, NDB, colegiado e NUPE:

1) Programa de acolhimento: Planejar o acolhimento dos estudantes, de maneira a ambientá-los à instituição e, sobretudo, ao funcionamento do curso em que ingressam;

2) Atendimento aos estudantes: Garantir e fortalecer programas de atendimento ao estudante, inclusive AEE, e acesso à informação, às oportunidades e recursos que favoreçam seu desempenho acadêmico;

3) Revisão e planejamento curricular: Revisar os currículos e projetos de curso periodicamente, buscando a construção de currículos significativos e integrados que privilegiem o melhor aproveitamento do curso por parte do corpo discente;

4) Programa de recuperação paralela: Acompanhar o programa de recuperação paralela, cujo objetivo maior é garantir que os estudantes que apresentem dificuldades consigam acompanhar e obter êxito em seus respectivos cursos;

5) Compartilhamento de experiências entre os *campi*: Estimular o compartilhamento das informações entre os *campi*, tornando possível a troca de experiências, de dificuldades e de resultados obtidos;

6) Formação docente: Promover oportunidades de capacitação que contemplem aspectos pedagógicos capazes de impactar positivamente o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no que concerne à melhora na realidade de retenção, como a adoção de metodologias adequadas para a modalidade de ensino da EJA-EPT;

7) Valorização docente: Articular ações de identificação, sensibilização e promoção de condições específicas para docentes que atuam na EJA-EPT, como por exemplo a atribuição de carga horária adequada às especificidades da modalidade, atuação docente como mediador, promoção de monitorias específicas, espaço para EJA-EPT, dentre outras;

8) Relatório anual sobre evasão: Apresentar um relatório contendo um levantamento da taxa de evasão e seus principais fatores sociais, individuais e institucionais, a fim de mapear o perfil dos estudantes evadidos, as causas de evasão e retenção mais comuns dentro da realidade específica do curso da EJA-EPT;

9) Sistema de avaliação de curso: De acordo com as normas vigentes para os Cursos de EJA-QP de Nível Fundamental, não há um sistema oficial de avaliação externa como acontece nos cursos superiores. Nesse sentido, o curso EJA-QP em Auxiliar Administrativo terá uma avaliação do curso realizada anualmente pelo NDB – Núcleo Docente Básico, o qual discute e avalia todas as questões relacionadas à formação dos estudantes do EJA-QP.

3.4. Políticas de atendimento ao estudante

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

Um dos eixos da Pactuação com a SEB é a destinação de bolsas para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Assim, haverá edital específico para seleção dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, sendo os valores e número de bolsas descritos no edital de seleção.

4. Organização didático-pedagógico

4.1. Perfil do egresso

Considerando os objetivos propostos para o curso, serão direcionadas ações para que o estudante egresso do Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional em Auxiliar Administrativo (EJA - EPT) - Nível Fundamental - Ofertado em Parceria com a Prefeitura Municipal de Araranguá, possa demonstrar avanços na aquisição de seus conhecimentos básicos, se preparando para dar continuidade aos seus estudos.

Pode-se considerar na qualificação profissional, deve estar qualificado para atuar nas atividades relativas à área do curso para que possa desempenhar, com autonomia, suas atribuições, com possibilidades de (re)inserção positiva no mundo trabalho.

Dessa forma, ao concluir a sua qualificação profissional, o egresso do curso de Auxiliar Administrativo deverá demonstrar em seu perfil as seguintes características:

- Capacidade para atuar nos processos administrativos da empresa;
- Habilidade para executar atividades de apoio nas áreas administrativas;
- Perceber-se como agente social que intervém na realidade e adotar atitude ética no trabalho e no convívio social
- Saber trabalhar em equipe; e
- Ter responsabilidade, iniciativa e criatividade.

4.2. Organização curricular

De acordo com a Diretriz dos cursos de EJA-EPT do IFC, o currículo escolar é o processo constituído pelas experiências, atividades, objetivos, conteúdos, métodos, tempos, espaços, recursos e pela diversidade e singularidade dos sujeitos.

O currículo da EJA-EPT deve estar fundamentado:

I – na omnilateralidade;

II – na politecnia;

III – no trabalho como princípio educativo;

IV – na pesquisa como princípio pedagógico;

V – na integração entre as áreas do saber, visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular, a partir de diferentes formas de colaboração interdisciplinar e integração;

VI – na integração curricular, baseada no diálogo permanente entre os conhecimentos da formação geral e profissional tendo o processo de trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como eixos definidores dos conteúdos;

VII – na consecução dos princípios e finalidades da EJA-EPT definidos nesta resolução;

VIII – no reconhecimento da experiência dos sujeitos na construção do conhecimento;

IX – na diversidade social, cultural e cognitiva dos jovens e adultos, do campo e da cidade;

X – na investigação sistemática das questões locais, na qual os métodos e problematizações interajam com o processo ensino aprendizagem e com a comunidade;

XI – na construção de um perfil profissional que articule a compreensão crítica do mundo do trabalho e sua transformação;

XII – na problematização e contextualização do conhecimento em sua historicidade, suas relações e contradições;

XIII – na interdisciplinaridade como um princípio e um método de reconstrução da totalidade entre os sujeitos, os saberes e os distintos recortes da realidade;

XIV – na representação pelos diferentes campos científicos, possibilitando assim a materialização do currículo integrado.

A organização curricular dos cursos EJA-EPT segue os objetivos das áreas de conhecimento organizadoras da educação básica e da área da educação profissional, possibilitando aos estudantes uma leitura do mundo em todos os âmbitos e contextos.

São temáticas obrigatórias nos cursos EJA-EPT:

- I** – crítica histórico-social do trabalho;
- II** – direitos do trabalho;
- III** – legislação do trabalho;
- IV** – sentido das lutas históricas no trabalho;
- V** – direitos humanos;
- VI** – conflitos sociais;
- VII** – movimentos sociais;
- VIII** – diversidade cultural;
- IX** – sustentabilidade.

Os temas obrigatórios serão tratados de forma transversal, sendo abordados principalmente nos componentes curriculares da formação geral.

4.2.1 Da integração e organicidade curricular

Os conhecimentos das áreas do saber são materializados na matriz curricular do curso na forma de componentes curriculares. A constituição dos componentes curriculares, considerando a integração entre os conhecimentos, a complexidade dos conteúdos e relação entre a formação geral e formação profissional, proporciona o agrupamento, ordenamento e distribuição dos conhecimentos na matriz explicitem fluidez e organicidade curricular, em movimento para superação da sobreposição e fragmentação do conhecimento.

O curso preverá em seu PPC mecanismos de materialização do currículo integrado que contemplem:

- I** – o trabalho coletivo;
- II** – o aprofundamento e a relação entre temas e conteúdos da formação básica e técnica;
- III** – a resolução de problemas científicos, do cotidiano e da sociedade;
- IV** – a pesquisa como princípio educativo.

O planejamento das atividades deve considerar o diagnóstico e as características dos grupos com a finalidade de atender aos diferentes níveis de conhecimento, os interesses e os múltiplos estilos de aprendizagem dos estudantes.

As abordagens metodológicas, pautadas pelo compromisso com a emancipação social dos estudantes, devem:

- I** – priorizar conteúdos mínimos de mais de uma área do conhecimento, que dialoguem com a realidade e o contexto de aprendizagem dos educandos;
- II** – permitir a problematização, a divulgação, a ampliação e a implementação dos conhecimentos;
- III** – prever exercícios periódicos de sistematização, análise, reflexão e avaliação;
- IV** – privilegiar o trabalho com conceitos, eixos e temas integradores.

A organização pedagógica dos cursos deverá prever o uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) com o objetivo de auxiliar e potencializar o acesso à informação, flexibilizar tempos e espaços e diversificar as ações pedagógicas.

No curso EJA de Qualificação Profissional de Auxiliar em Administração - Nível Fundamental, os estudantes utilizarão as TIC através dos conteúdos teóricos e práticos no componente curricular de Informática Básica. O componente faz parte da formação profissional, e utilizará tecnologias relacionadas ao perfil do curso e das atividades da qualificação.

Uma (1) vez por mês os docentes de forma conjunta, planejarão, acompanharão e avaliarão as ações pedagógicas da EJA-EPT. As reuniões acontecerão conforme planejamento e disponibilidade das equipes pedagógica e do corpo docente envolvidos.

4.2.2. Curricularização da pesquisa e extensão

As ações de ensino, extensão, pesquisa e inovação devem possibilitar, especialmente a segmentos e setores tradicionalmente excluídos, a democratização do conhecimento científico e tecnológico e a valorização do conhecimento popular a fim de criar condições favoráveis à inserção e à permanência no trabalho, à geração de trabalho e renda, ao desenvolvimento humano, sustentável e ao exercício da cidadania (Resolução 10, CONSUPER, 2020).

Segundo a mesma Resolução, as ações de extensão, pesquisa e inovação devem possibilitar ao estudante da EJA-EPT recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções, inclusive tecnológicas, com base nos conhecimentos das diferentes áreas para sua formação profissional-cidadã e para o bem da comunidade.

Desta forma, o Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional em Auxiliar Administrativo (EJA - EPT) - Nível Fundamental - Ofertado em Parceria com a Prefeitura Municipal de Araranguá utilizará as ações estratégicas (Art. 23 da Resolução 10/2020, CONSUPER) da seguinte forma:

I - Desenvolvimento de atividades de pesquisa no componente curricular Empreendedorismo;

III - Participação dos estudantes em programas, projetos de extensão, de pesquisa e inovação, cadastrados na Coordenação de Extensão e de Pesquisa, através de creditação.

As ações estratégicas de curricularização de pesquisa e extensão procura experienciar os aprendizados dos estudantes através da articulação com a sociedade, visando a aplicação prática do conhecimento.

No presente PPC são previstas 10 horas de ações de pesquisa e extensão, sendo cinco horas de pesquisa na disciplina de empreendedorismo, mais cinco horas com viabilização de estratégias para participação de todos os estudantes nos programas e/ou projetos a serem creditados na curricularização, visando direcionar ações para organizações que apoiem pessoas excluídas e/ou de apoio social.

Sendo assim, o presente PPC atende ao § 2º do Art. 22 da Resolução 10 de 2020 do CONSUPER do IFC, onde o curso deve apresentar no mínimo 5% de ações de pesquisa e extensão, neste curso de 200 horas, totalizando 10 horas. As ações serão efetivadas através da Ação de Pesquisa na disciplina de Empreendedorismo e Ações de Extensão dos projetos de extensão (diagnósticos/avaliações/levantamentos, extensão tecnológica, cursos, palestras, eventos, produção/publicação/produtos, outros). Tais atividades serão propostas no decorrer do curso com carga horária prevista conforme Plano de Ensino da disciplina e os projetos de extensão propostos pelo curso, podendo ou não haver interdisciplinaridade. Processos avaliativos poderão ser desenvolvidos nos programas/projetos executados. As atividades serão comprovadas através dos registros do diário de classe da disciplina Empreendedorismo e os relatórios dos projetos de extensão.

4.2.3. Prática profissional

A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional.

A prática profissional será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam.

A prática profissional ocorrerá da seguinte forma:

I - Como parte de componente curricular em aulas práticas, oficinas, bem como investigação sobre atividades profissionais, visitas técnicas, simulações, observações entre outras;

II - Estágio curricular supervisionado não-obrigatório;

A prática profissional do curso prevê 20% da carga horária da formação profissional em práticas profissionais.

As práticas profissionais como parte do componente curricular são as atividades que permeiam a matriz curricular, onde será possível relacionar os aspectos teóricos e práticos na construção do conhecimento, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos podendo desenvolver-se como:

I - Aulas Práticas: atividades executadas nos componentes curriculares na forma de ações práticas, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos.

II - Oficinas: atividades práticas propostas dentro de componentes curriculares, programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a troca de conhecimentos entre os envolvidos e capacitação, ou seja, é uma atividade com etapas de início, meio e fim. As oficinas poderão ocorrer na forma de realização de experimentos nos quais os discentes vivenciam na prática atividades relacionadas ao exercício da profissão; por meio de minicursos e/ou workshops onde os participantes desenvolvam atividades práticas, melhorando as habilidades e competências do profissional; através de dinâmicas orientadas pelos docentes e técnicos administrativos, quando for o caso;

III - Visitas Técnicas: atividade didático-pedagógica supervisionada que tem por objetivo: proporcionar a interação dos discentes do IFC com o mundo do trabalho, processos e serviços *in loco*; propiciar o aprimoramento da formação profissional e pessoal; promover a ampliação do conhecimento de mundo; oportunizar o contato dos discentes com outros espaços de aprendizagem. É considerada visita técnica: visita a instituições públicas ou privadas; visita a empresas ou institutos de pesquisa, de serviços ou produção; visita a propriedades rurais ou locais públicos; participação de grupo de discentes em feira, congresso, seminário ou eventos similares.

IV - Simulações: as simulações são atividades que permitem vivenciar situações e problemas reais da atividades profissional. As simulações permitem experiências educativas e proporcionam aos estudantes oportunidades para repetição, reconhecimento de padrões, tomada de decisão, gerenciamento de crises, flexibilidade, uso do conhecimento factual, pensamento crítico, interação com a equipe, tempo resposta, habilidades de comunicação, planejamento, estratégia, decisões múltiplas e colaboração. A realização da simulação, embora possa ser considerada como estágio interno, não elimina a necessidade do estágio obrigatório.

As atividades previstas poderão ser prática profissional, desde que diretamente relacionados ao perfil profissional do curso.

O estágio não-obrigatório profissional supervisionado é uma prática profissional em situação real de trabalho e assumido como ato educativo no IFC, realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da legislação vigente e conforme diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação.

4.2.4 Organização de tempo e espaço

São considerados como espaços de ensino-aprendizagem os ambientes onde o sujeito vive suas práticas sociais, seja no campo, na cidade, na comunidade, no trabalho, nos presídios, nos hospitais, no território, nos *campi* e outros locais onde possam se realizar as práticas de ensino. Os tempos formativos da EJA-EPT atendem às especificidades da modalidade, à realidade local do público e sua relação com o mundo do trabalho.

O Curso EJA-Qualificação Profissional em Auxiliar Administrativo, nível fundamental, adota o regime semestral. Sendo que a organização é uma a disposição ordenada dos componentes curriculares pelo período de um semestre, com avaliação semestral e matrícula por componente.

4.2.5 Da mediação

A mediação está presente na perspectiva da escola cidadã, na qual o professor deixa de ter um caráter estático e passa a ter um caráter significativo para o estudante, tendo consequência no processo ensino-aprendizagem e na permanência dos estudantes na EJA-EPT. A mediação, no início de cada período letivo, permite atividades de reconhecimento do eu individual e das relações com o grupo.

A mediação será feita pelo docente de cada componente curricular, preferencialmente licenciado e/ou com experiência na EJA-EPT, de acordo com a proposta pedagógica prevista no PPC.

Caberá ao colegiado do Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional em Auxiliar Administrativo (EJA - EPT) - Nível Fundamental - Ofertado em Parceria com a Prefeitura Municipal de Araranguá, estabelecer a regulamentação das atividades de mediação. A presença do docente como mediador permite o reconhecimento das trajetórias de vida (escolar/profissional), o qual socializa as informações com o grupo de professores que atuam na EJA-EPT, para que possam conhecer a trajetória de vida de cada jovem e adulto com os quais irão trabalhar, adaptando a proposta pedagógica à realidade do estudante.

O trabalho do professor como mediador visa, além do desenvolvimento do vínculo de afetividade, a facilitar as relações entre as diferentes áreas do conhecimento e as interligações entre os conteúdos.

O docente como mediador, durante as aulas, faz uso de anotações sobre as produções dos/das estudantes, dossiê, relatórios descritivos, de desempenho individual, entre outros, para obter elementos que visem ao acompanhamento do processo ensino - aprendizagem, discutindo - os com os docentes dos componentes curriculares e, caso necessário, em conjunto proporem estratégias visando à superação de dificuldades encontradas.

Em apoio ao docente, o curso prevê a atuação da coordenação de curso e da orientação educacional como formas de mediação.

A coordenação do curso atuará na gestão acadêmica e administrativa, articulando com estudantes, docentes e equipes pedagógicas.

A orientação educacional conduzirá atividades de avaliação do processo de ensino aprendizagem a serem realizadas durante a oferta do curso.

4.2.6 Aproveitamento de estudos

O estudante que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional em Auxiliar Administrativo (EJA - EPT) - Nível Fundamental - Ofertado em Parceria com a Prefeitura Municipal de Araranguá, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível médio.

Todos os cursos e programas EJA-EPT devem prever a possibilidade de conclusão, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento e atingidos os objetivos desse nível de ensino, mediante avaliação e reconhecimento por parte da respectiva instituição de ensino.

Os cursos e programas de EJA-EPT do IFC poderão aferir e reconhecer, mediante previsão no PPC, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos formais, não-formais e informais.

4.3 Atividades Não Presenciais

O Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional em Auxiliar Administrativo (EJA - EPT) - Nível Fundamental - Ofertado em Parceria com a Prefeitura Municipal de Araranguá, em sua criação, não prevê atividades não presenciais.

4.4. Matriz Curricular

Componentes Curriculares		1º semestre		2º semestre		3º semestre		4º semestre		Subtotal
		CH	Integração com formação geral	CH	Integração com formação geral	CH	Integração com formação geral	CH	Integração com formação geral	
Formação profissional	Introdução a Administração	20								
	Noções de Estrutura Organizacional	15								
	Acessibilidade	15								
	Gestão Organizacional			20						
	Noções de Finanças			15						
	Cerimonial e Protocolo			15						
	Noções de Marketing					20				
	Noções de Processos Administrativos					15				
	Informática Básica					15				
	Empreendedorismo							20		
	Empregabilidade							15		
Comunicação e Oratória							15			
Subtotal		50		50		50		50		200
Módulo Verde	Matemática	150		150						
	História	150								
	Filosofia	50								
Módulo Azul	Português			150		150				
	Inglês			150						

	Artes			150					
	Ciências					150			
	Geografia					150		150	
	Educação Física					50			
Total CH formação geral								1600	
Carga Horária total do curso						1800			

4.5. Ementário

1º Semestre:

Introdução a Administração
<p>Ementa: Atividades básicas: marketing, vendas, finanças, produção, logística, e recursos humanos. Relações humanas no trabalho. Atendimento e prestação de Serviços.</p>
<p>Bibliografia CHIAVENATO, I. <i>Introdução à teoria geral da administração</i>. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. <i>Administração: princípios e tendências</i>. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. MAXIMIANO, A. C. A. <i>Introdução à administração</i>. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2011.</p>
<p>Bibliografia complementar DRUCKER, P. F. <i>Administrando em tempos de grande mudança</i>. São Paulo: Pioneira, 2002. GRIFFIN, R. W. <i>Introdução à administração</i>. São Paulo: Atica, 2007. MOTTA, F. P. <i>Teoria geral da administração</i>. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006. OLIVEIRA, D. P. R. <i>Planejamento estratégico</i>. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2010. RIBEIRO, A. L. <i>Teorias da administração</i>. 2 ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2010. ROBBINS, S. P.; DECENZO, D. A.; WOLTER, R. M. <i>A nova administração</i>. São Paulo: Saraiva, 2014. TAVARES, M. <i>Gestão estratégica</i>. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005. WRIGHT, P; KROLL, M; PARNELL, J. <i>Administração estratégica</i>. São Paulo: Atlas, 2000.</p>

Noções de Estrutura Organizacional
<p>Ementa: Organograma, tipos de estruturas organizacionais. Processos de organização. Manuais administrativos, formulários e fluxos administrativos.</p>
<p>Bibliografia ARAÚJO, L. C. G. <i>Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional</i>. vol. 1 e 2. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. CHIAVENATO, I. <i>Introdução à teoria geral da administração</i>. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. CRUZ, T. <i>Sistemas, organização & métodos</i>. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002. DRUCKER, P. F. <i>Administrando para o Futuro: Os Anos 90 e a Virada do Século</i>. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.</p>
<p>Bibliografia complementar</p>

Acessibilidade

<p>Ementa: Inclusão, diversidade, acessibilidade, desenho universal, terminologia adequada à inclusão.</p>
<p>Bibliografia CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 1., 2006, Brasília, DF. Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica: educação profissional como estratégia para o desenvolvimento e inclusão social. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. CORRADI, J. A. M. <i>Acessibilidade em ambientes informacionais digitais: uma questão de diferença</i>. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. VELLOSO, J. P. R. (coord.). <i>Construindo sociedade ativa e moderna e consolidando o crescimento com inclusão social</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.</p>
<p>Bibliografia complementar</p>

2º Semestre:

Gestão Organizacional
<p>Ementa: Departamentalização, distribuição do trabalho, centralização, descentralização. Mudanças Organizacionais: ambiente interno e externo. Arranjo racional do espaço físico. Fluxograma, estudo de <i>layout</i>, processos, fluxo de processos e técnicas de racionalização de processos.</p>
<p>Bibliografia ARAÚJO, L. C. G. <i>Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional</i>. vol. 1 e 2. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. CRUZ, T. <i>Sistemas, organização & métodos</i>. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002. CHIAVENATO, I. <i>Introdução à teoria geral da administração</i>. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. DRUCKER, P. F. <i>Administrando para o Futuro: os anos 90 e a virada do século</i>. 2. ed., São Paulo: Pioneira, 1992.</p>
<p>Bibliografia complementar</p>

Noções de Finanças
<p>Ementa: Caixa. Contas a pagar. Contas a receber. Estoques. Títulos de crédito. Qualidade de crédito e cobrança. Fluxo de caixa previsto. Fluxo de caixa realizado. Noções de matemática financeira.</p>
<p>Bibliografia ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. <i>Fundamentos de Administração Financeira</i>. São Paulo: Atlas, 2010. BACARJI, A. G. <i>Formação inicial e continuada: auxiliar administrativo</i>. Curitiba: Instituto Federal do Paraná. 2012. CHIAVENATO, I. <i>Administração: teoria, processo e prática</i>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CONSONI, L. A. <i>Departamento pessoal modelo</i>. São Paulo: Catho, 2009. FUNDAÇÃO IDEPAC PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL. <i>Departamento Pessoal</i>, 2009.</p>
<p>Bibliografia complementar</p>

Cerimonial e Protocolo
<p>Ementa: Funções do cerimonial. Ordem de precedência. Execução e avaliação do Cerimonial. O tratamento. Trajes e símbolos. Diversas solenidades.</p>
<p>Bibliografia BETTEGA, M. L. (Org). <i>Eventos e cerimonial: simplificando as ações</i>. Caxias do Sul: EDUCS,</p>

<p>2001. LUKOWER, A. <i>Cerimonial e protocolo</i>. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010. KINCHESECKI, J. C. <i>Cerimonial - Hierarquia- Protocolo</i>: para eventos de organizações públicas e privadas brasileiras. Florianópolis: UDESC/CEPEC, 2002.</p>
<p>Bibliografia complementar BRITTO, J.; FONTES, N. <i>Estratégias para eventos</i>: uma ótica do marketing do turismo. São Paulo: Aleph, 2002. MARTIM, V. <i>Manual prático de eventos</i>. São Paulo: Atlas, 2003. MEIRELLES, G. F. <i>Protocolo e cerimonial</i>: normas, ritos e pompa. Brasília: Omega, 2001. MIRANDA, L. <i>Negócios & festas - cerimonial e etiqueta em eventos</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2003</p>

3º Semestre:

Noções de Marketing
<p>Ementa: Introdução ao marketing, conceitos gerais e aplicações. Composto mercadológico, análise de mercado e plano de marketing.</p>
<p>Bibliografia CHURCHILL, G. A. <i>Marketing</i>. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. KOTLER, P. <i>Administração de marketing</i>. São Paulo: Prentice Hall, 2000. KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. <i>Princípios de marketing</i>. 9. ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2005. KOTLER, P.; KELLER, K. L. <i>Administração de Marketing</i>. São Paulo: Ed. Pearson, 2006. Education. 12. ed. São Paulo: Pearson Education.</p>
<p>Bibliografia complementar</p>

Noções de Processos Administrativos
<p>Ementa: O mercado de trabalho para o auxiliar administrativo: desafios e perspectivas futuras. Rotinas administrativas. Ferramentas aplicadas a Administração.</p>
<p>Bibliografia CHIAVENATO, I. <i>Introdução à teoria geral da administração</i>. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. DUTRA, J. S. <i>Administração de carreiras</i>: uma proposta para repensar a gestão de pessoas. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013. MAXIMIANO, A. C. A. <i>Introdução à administração</i>. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2011.</p>
<p>Bibliografia complementar</p>

Informática Básica
<p>Ementa: Noções de hardware e software. Introdução à internet. Introdução à e-mail. Ferramentas de edição de Planilhas, documentos e apresentações.</p>
<p>Bibliografia: CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. <i>Introdução à informática</i>. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. SANTOS, A. A. <i>Informática descomplicada</i>. 6. ed. Brasília, DF: Vestcon, 2012. VELLOSO, F. C. <i>Informática: conceitos básicos</i>. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Campus, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p>
<p>Bibliografia complementar: MONTEIRO, M. A. <i>Introdução à organização dos computadores</i>. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC,</p>

2007.
MORIMOTO, C. E. *Hardware – o guia definitivo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.
NORTON, P. *Introdução à informática*. Makron Books, 2005.
TURBAN, E.; RAINER, R. K.; POTTER, R.; *Introdução a sistemas de informação*. São Paulo: Câmpus, 2007.

4º Semestre:

Empreendedorismo
<p>Ementa: Introdução ao empreendedorismo, o que é Negócio? tipos de negócios, plano de Negócios, análise de riscos e estudo de viabilidade.</p>
<p>Bibliografia LAS CASAS, A. L. <i>Marketing de varejo</i>. São Paulo: Atlas, 1992. LAS CASAS, A. L. <i>Plano de marketing para micro e pequena empresa</i>. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Site Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: Dezembro/2020. SEBRAE. <i>Fatores condicionantes e taxas de mortalidade de empresas</i>, Brasília: Sebrae, 1999. Disponível em: www.sebrae.com.br, acesso em: Dezembro/2020.</p>
<p>Bibliografia complementar</p>

Empregabilidade
<p>Ementa: Orientação e planejamento de carreira. Escolha e projeto de futuro profissional. Mercado de trabalho e empregabilidade. Processos de recrutamento e seleção. Cultura e classificação das empresas. Direito do trabalho e previdência social. Capacitação profissional.</p>
<p>Bibliografia POCHMANN, M. <i>A batalha pelo primeiro emprego: a situação e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro</i>. 2. ed., São Paulo: Publisher, 2007. SARRIERA, J. C.; CÂMARA, S. G.; BERLIM, C. S. <i>Formação e orientação ocupacional: manual para jovens à procura de emprego</i>. Porto Alegre: Sulina, 2006. SOARES, D. H. P. <i>A escolha profissional do jovem ao adulto</i>. São Paulo: Summus, 2002.</p>
<p>Bibliografia complementar BRANCO, P. P. M. <i>Juventude e trabalho: desafios e perspectiva para as políticas públicas. do mundo do trabalho</i>. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M (Orgs.). <i>Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional</i>. São Paulo: Fundação Perseu, 2006, pp. 129 - 148. DIAS, M. S. L.; SOARES, D. H. P. <i>Planejamento de carreira: uma orientação para estudantes universitários</i>. v. 1, 1. ed., São Paulo: Vetor Editora, 2009. LIMA, M.; BARROS, D. (Org.). <i>Orientação profissional: teoria e técnica</i>. 1 ed. São Paulo: Editora VETOR / ABOP, v. 3, FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.), <i>A experiência do trabalho e a educação básica</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, pp. 11-27. SARRIERA, J. C.; ROCHA, K. B.; PIZZINATO, A. (Orgs.). <i>Desafios do mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças</i>. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.</p>

Comunicação e Oratória
<p>Ementa: Correspondências oficiais. Qualidades e características fundamentais de textos empresariais. Linguagem oral e escrita em contextos formais de uso. Oratória.</p>
<p>CHURCHILL, G. A. <i>Marketing</i>. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. KOTLER, P. <i>Administração de marketing</i>. São Paulo: Prentice Hall, 2000.</p>

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. *Princípios de marketing*. 9. ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2005.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de Marketing*. São Paulo: Ed. Pearson, 2006. Education. 12. ed. São Paulo: Pearson Education.

Bibliografia

BORDENAVE, J. E. D. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; v. 67).

MATOS, G. G. *Comunicação Empresarial sem complicação*. São Paulo: Manole, 2009.

MENDES, G. F. ; FOSTER JR., N. J. *Manual de redação da Presidência da República*, 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

Bibliografia complementar

5. Acessibilidade

Quando da fundação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio Lei nº 8.670, de 30/06/93, não havia por parte do poder público e sociedade em geral uma preocupação em relação à inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular. Essa responsabilidade era atribuída às escolas especiais. Todavia, com as políticas de educação inclusiva, um novo olhar tem sido lançado no Instituto Federal Catarinense no sentido de desenvolver ações que promovam o acesso e apoio a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Decreto nº 5296/2004).

Com a Lei Federal nº 10.098 de dezembro de 2000 e o Decreto nº 5.296/2004, estabelecem-se normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Desta forma, projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, tendo destinação pública ou coletiva, devem considerar aspectos da acessibilidade e atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência no que concerne e regulamenta a Lei da Acessibilidade.

Em consonância com tais aspectos, a Portaria Ministerial nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, instruindo também sobre os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições. Em virtude disso, iniciou-se uma sensibilização em relação à inclusão. O *Campus Avançado Sombrio* conta com um estacionamento exclusivo para pessoas com deficiência, uma rampa de acesso ao prédio, elevador e banheiros adaptados.

A partir da Portaria do MEC/SETEC nº 151 de 11 de julho de 2005, que disciplina a forma de operacionalização da ação TEC NEP – Educação Tecnológica e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, que tem por objetivo a inclusão, permanência e saída com sucesso destes alunos em cursos de formação inicial e continuada, técnicos e tecnológicos, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi constituído através da Portaria nº 200/05 de 28 de setembro de 2005, o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) da então Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, hoje Instituto Federal Catarinense.

O NAPNE do IFC – *Campus Avançado Sombrio* possui como uma de suas principais competências articular ações conjuntas com a comunidade escolar, no intuito de buscar promover a quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

Dentre algumas das atividades ligadas ao acesso e apoio às pessoas com deficiência, pode-se elencar:

Sensibilização da comunidade escolar em relação ao processo de inclusão;

Aquisição de software leitor de tela a ser utilizado pelos alunos com diagnóstico de baixa visão;

Valorização da cultura e singularidade surda buscando propiciar o serviço de intérprete/tradutor de LIBRAS, bem como a adoção de estratégias didático-metodológicas que considerem o conteúdo semântico da escrita do surdo. Neste sentido, também são oferecidos cursos, palestras e oficinas acerca da LIBRAS e aspectos da cultura Surda para a comunidade escolar.

Em relação a aspectos de infraestrutura das instalações é possível destacar:

As áreas comuns do *Campus*, bem como a biblioteca onde estão as salas de trabalho, laboratórios e salas de aula atendem as exigências da ABNT 9050, quanto aos espaços livres de circulação e corredores, área de transferência e área de alcance.

A biblioteca possui opção de acesso através de elevador, facilitando a circulação de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida e banheiro adaptado com barra de apoio. A instituição possui reserva de vaga em estacionamento para pessoa com deficiência.

O prédio do *Campus* possui sanitários acessíveis no segundo e terceiro andar, bem como um elevador que possui internamente uma sinalização tátil realizada através de Braille, facilitando a circulação de pessoas com deficiência.

A instituição entende que acessibilidade num espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. É também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos.

Se faz necessário destacar o acesso da pessoa com deficiência ao curso por meio das Ações Afirmativas regulamentadas pelas Leis nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

A instituição conforme Portaria Normativa do IFC 04/2018 diz: “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”;

A instituição entende que acessibilidade num espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. É também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos.

6. Avaliação

A avaliação na EJA-EPT considerará as seguintes dimensões:

I – Diagnóstica: caracteriza o desenvolvimento do estudante no processo de ensino-aprendizagem, visualizando avanços e dificuldades, realizando ajustes e tomando decisões necessárias às estratégias de ensino e ao desempenho dos sujeitos do processo;

II – Processual: reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes tempos, por processos singulares e particulares de cada sujeito, tem ritmo próprio e lógicas diversas, em função de experiências anteriores mediadas por necessidades múltiplas e por vivências individuais que integram e compõem o repertório a partir do qual realiza novos aprendizados e ressignifica os antigos;

III – Formativa: assegura ao sujeito a consciência da atividade que desenvolve e dos objetivos da aprendizagem, podendo participar da regulação da atividade, segundo estratégias metacognitivas que precisam ser compreendidas pelos professores. Pode expressar seus erros, como hipóteses de aprendizagem, limitações, expressões do que sabe, do que não sabe e do que precisa saber;

IV – Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do estudante no bimestre/semestre através de menções, relatórios ou notas.

A avaliação nos cursos EJA-EPT tem perspectiva teórico-metodológica crítica, emancipatória, dialógica e libertadora.

A avaliação é um processo contínuo, de descrição e análise crítica do contexto da aprendizagem visando ao desenvolvimento humano. São avaliadores e avaliados todos os sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem, como os docentes, os estudantes, os gestores, os demais profissionais do *campus* e a comunidade. A avaliação articula conhecimentos escolares, saberes populares e reflexões das estruturas sociais, econômicas e culturais.

Os procedimentos da avaliação ocorrem em etapas como, por exemplo, a identificação de temas e problemas, elaboração de hipóteses, coleta/construção de dados, análise mediante referencial teórico e proposição de caminhos para a aprendizagem, incluindo sua implementação.

Os procedimentos avaliativos dos componentes curriculares/áreas/módulos devem ser organizados de modo articulado, demonstrando a integração curricular.

O processo avaliativo deve impactar na contínua revisão e harmonização do ensino, da extensão, da pesquisa, da inovação e da gestão com as necessidades socioeconômicas e culturais.

O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

O processo avaliativo deve possibilitar ao educando, no Tempo Reflexão e no Tempo Avaliação e/ou nas ações de mediação, refletir sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento e suas formas de aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes, prevista no PPC e no Plano de Ensino de cada componente curricular, será contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas e ao longo do período letivo.

De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação processual de aprendizagem:

- I** – Avaliação escrita, com questões a mais para escolha e/ou com questões elaboradas pelo estudante;
- II** – Avaliação oral ou prático-oral;
- III** – Avaliação prática;
- IV** – Trabalho individual ou em grupo;
- V** – Seminário, mostra, feira;
- VI** – Estudo de caso;
- VII** – Resenha e artigo;
- VIII** – Relatório de atividades;
- IX** – Relatório de visita técnica;
- X** – Portfólio;
- XI** – Webquest;
- XII** – Autoavaliação;
- XIII** – Dramatização, performance e outras formas de comunicação;
- XIV** – Desenho;
- XV** – Maquete;
- XVI** – Experimentação;
- XVII** – Álbum;
- XVIII** – Projeto;
- XIX** – Mapa Conceitual;
- XX** – Debate, entre outros.

O docente poderá adotar os instrumentos de avaliação que julgar mais adequados e eficientes para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para fins de registro no Diário de Classe, deve-se adotar escala de notas.

Em cada etapa deverão ser utilizados instrumentos diversos de avaliação.

O professor informará ao estudante os resultados da avaliação de sua aprendizagem, a fim de que estudante e professor possam, juntos, criar condições para retomar aspectos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos e programar estudos de recuperação paralela durante o processo de ensino-aprendizagem.

O Núcleo Pedagógico e a Coordenação do Curso preverão encontros coletivos envolvendo os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar, com o objetivo de analisar, entre outros, o processo de avaliação do ensino e aprendizagem no decorrer do período letivo do respectivo curso, propondo práticas avaliativas institucionais, tais como:

- I** – grupo de estudo sobre avaliação do processo ensino-aprendizagem que ampare os professores em seu cotidiano profissional e possa estabelecer um acompanhamento do processo avaliativo nos componentes curriculares/áreas/módulos, nos cursos e nos *campi* ;
- II** – o contínuo repensar das condições de trabalho, do currículo, da cultura organizacional nos cursos ofertados pelos *campi*.

6.1 Recuperação paralela

A recuperação paralela parte do princípio que a avaliação é um processo contínuo e cumulativo no qual devem prevalecer os aspectos qualitativos, reforçando a avaliação também como diagnóstica, em que são produzidos dados que permitem a reflexão sobre a necessidade de novas ações pedagógicas e planejamento destas. É nesse sentido que se dá a obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela, uma vez que estes materializam no cotidiano escolar a visão da avaliação como um processo e não restrita a aplicação de instrumentos.

Deve-se constituir no Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional em Auxiliar Administrativo (EJA - EPT) - Nível Fundamental - Ofertado em Parceria com a Prefeitura Municipal de Araranguá um programa para a recuperação paralela, no intuito de

garantir planejamento e ações coletivas para que os estudantes que apresentem dificuldades consigam acompanhar e obter êxito em seus respectivos cursos.

A finalidade da recuperação paralela é garantir intervenções pedagógicas ao longo do período letivo àqueles estudantes que, no seu percurso formativo, foram identificados por meio do processo de avaliação com objetivos de ensino e aprendizagem não atingidos e para aqueles que visam ao aperfeiçoamento da aprendizagem e não apenas ao alcance da média.

É garantido ao estudante recuperação paralela nos componentes curriculares da formação profissional em que não atingir rendimento suficiente no decorrer do período letivo, ou seja, não é exame final.

Considera-se aqui, rendimento insuficiente, nota abaixo de seis (6,0) no curso de qualificação profissional mensurada através de instrumentos avaliativos utilizados no componente curricular.

É facultado aos estudantes que atingiram a média mínima o direito a participar da recuperação paralela.

A oferta da recuperação paralela é obrigatória, quando houver estudantes com rendimento insuficiente, e deverá ocorrer paralelamente ao período letivo, em momentos extraclasse, sendo o tempo destinado a estes estudos não computado no mínimo de horas anuais determinadas em cada curso, por não se tratar de atividade obrigatória a todos os estudantes.

A recuperação paralela se incorpora à avaliação contínua e, sob esta perspectiva, a recuperação qualitativa de conteúdos deverá ocorrer ao longo do período letivo e de forma integrada, visando ao aperfeiçoamento da aprendizagem, de acordo com as características do público atendido (adultos e trabalhadores).

Durante cada período avaliativo, deverá ser prevista recuperação paralela, dentre outras atividades que auxiliem o estudante a ter êxito na sua aprendizagem, evitando a não compreensão dos conteúdos, de forma a minimizar e evitar a reprovação e/ou evasão.

No planejamento das atividades relacionadas a recuperação paralela devem ser propostas formas metodológicas alternativas que proporcionem abordagens diferenciadas daquelas anteriormente desenvolvidas, visando a novas oportunidades de aprendizagem.

Quanto às formas e meios, os estudos de recuperação paralela devem ser ofertados em horários compatíveis com as possibilidades de participação dos estudantes, podendo ser disponibilizados através de: monitorias com acompanhamento do professor do componente curricular; atividades extraclasse, organizadas e agendadas pelo professor do componente curricular; grupos de estudos com orientação do professor do componente curricular, dentre outras estratégias, observando a obrigatoriedade da presença do professor na organização e na condução das atividades.

Cada docente preverá em seu planejamento a recuperação paralela divulgada no Plano de Ensino do componente curricular, garantindo-se a recuperação de estudos e a reavaliação ao longo de cada período avaliativo. As atividades de recuperação paralela serão registradas no diário de classe ou em documento similar disponibilizado pela instituição.

A recuperação paralela deve contemplar momentos de reavaliação, que deverão ser registrados, e seus resultados, quando melhores, substituirão os anteriores. A reavaliação integra a avaliação da aprendizagem do estudante, sendo sua oferta condicionada ao resultado obtido nas atividades avaliativas do componente curricular/módulo, e devem ocorrer após os momentos e as atividades de retomada de conteúdos planejados para sanar eventuais dificuldades do ensino e da aprendizagem.

6.2 Aprovação

No IFC a aprovação do estudante na formação profissional ocorrerá após a conclusão do período letivo e/ou por aproveitamento de estudos (formais, não formais e informais).

O regime de oferta do curso será por componente curricular. Para cursos organizados em regime por disciplina, será considerado aprovado no componente curricular o discente dos cursos da EJA-EPT que satisfizer, concomitantemente, as seguintes condições mínimas:

I - frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular dos Cursos EJA Qualificação Profissional e EJA Técnico; simples das notas obtidas na verificação e avaliação da aprendizagem em cada componente curricular cursado no período avaliativo.

II - aproveitamento final igual ou superior a 6,0 (seis), correspondente à média aritmética simples das notas obtidas na verificação e avaliação da aprendizagem em cada componente curricular cursado no período avaliativo.

Não há Exames nos cursos da EJA-EPT do IFC, considerando que o processo de recuperação paralela ocorre ao longo de todo o período letivo com intervenções pedagógicas que auxiliem o estudante no processo de aprendizagem. Neste caso, considerando que o curso será ofertado em parceria, não haverá exame no curso de qualificação profissional.

O processo avaliativo deve possibilitar que todos os estudantes alcancem uma aprendizagem suficiente, de acordo com os objetivos e critérios construídos nos plano de ensino de forma coerente com o PPC, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Os resultados do estudante devem ser preferencialmente acompanhados de parecer descritivo, o qual deverá ser construído coletivamente, ao longo do processo de ensino aprendizagem, descrevendo de forma qualitativa a trajetória escolar do estudante.

São elementos considerados no parecer descritivo:

I – objetivos de ensino referentes ao período;

II – diagnósticos contínuos abordando o domínio de conteúdos e o desenvolvimento integral do estudante;

III – autoavaliação do estudante e do docente;

IV – avaliação do processo;

V – indicação de estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação pressupõe a definição de critérios, que são elementos constitutivos do processo avaliativo, parâmetros utilizados para a observação, sendo estabelecidos a partir dos conteúdos selecionados.

A certificação de conhecimentos e saberes busca comprovar o domínio de conteúdo dos componentes curriculares.

Os conhecimentos e saberes podem ter sido construídos ou não em processos formais de aprendizagem.

No PPC da EJA-EPT constará a possibilidade e os procedimentos necessários para a certificação de conhecimentos e saberes.

As reuniões pedagógicas constituem instâncias colegiadas tendo, dentre outras finalidades, a de analisar, discutir, orientar e deliberar acerca do processo ensino-aprendizagem.

As reuniões pedagógicas serão constituídas por no mínimo:

I – coordenador/a de curso;

II – professores da turma;

III – Coordenador Geral de ensino ou Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV – Representante do NUPE;

V – Representante dos discentes da turma.

A organização da reunião pedagógica é responsabilidade da coordenação da EJA-EPT e do Núcleo Pedagógico (NUPE), sendo coordenado pelo(a) coordenador(a) de curso, devendo ter no mínimo três sessões para cada período letivo.

A organização da reunião pedagógica deverá garantir momentos de:

I – discussões prévias com docentes e discentes para coleta de informações acerca das fragilidades, potencialidades e autoavaliação de todos os envolvidos no processo;

II – reunião coletiva para análise e reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, o trabalho pedagógico realizado e proposta de intervenções;

III – operacionalização das ações definidas coletivamente.

7. Sistema de avaliação do curso

O curso será avaliado pela coordenação do curso Núcleo Docente Básico e Colegiado do Curso. A avaliação do curso preza pelo caráter diagnóstico e formativo, consistindo em um conjunto de ações que permitem recolher dados, visando a análise da constituição das competências por parte do estudante. Suas funções primordiais são:

- Obter evidências sobre o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à constituição de competências, visando a tomada de decisões sobre o encaminhamento dos processos de aprendizagem do estudante durante o curso.
- Analisar a coerência do trabalho pedagógico com o perfil do egresso previstas no Projeto do Curso.
- Estabelecer previamente, por unidade curricular, critérios que permitam visualizar os avanços e os desafios dos estudantes no desenvolvimento das competências. Os critérios servirão de referência para o estudante avaliar sua própria trajetória e para o docente tomar decisões quanto ao rumo dos processos de ensino e aprendizagem.

8. Expedição de Diploma e Certificados

Àquele que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular terá direito a certificação com validade nacional. A responsabilidade pela certificação profissional será do IFC, enquanto a certificação da formação geral será da Prefeitura Municipal de Araranguá.

O estudante que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional em Auxiliar Administrativo (EJA - EPT) - Nível Fundamental - Ofertado em Parceria com a Prefeitura Municipal de Araranguá, fará jus à obtenção do correspondente certificado, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível médio.

9. Corpo docente e técnico administrativo em educação do IFC

9.1. Corpo docente

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Alex Fabiano Wehrle	2056685	DE	Mestrado	alex.wehrle@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Carla Sofia Dias Brasil	1758052	DE	Mestrado	carla.brasil@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Lucyene Lopes da Silva	1893535	DE	Doutorado	lucyene.nunes@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Kênia Zanella	1958927	DE	Mestrado	kenia.zanella@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Victor Martins de Sousa	1999717	DE	Mestrado	victor.sousa@ifc.edu.br	(48)3533-4001

9.2. Coordenação de curso

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Lucyene Lopes da Silva	1893535	DE	Doutorado	lucyene.nunes@ifc.edu.br	(48)3533-4001

9.3. NDB

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Alex Fabiano Wehrle	2056685	DE	Mestrado	alex.wehrle@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Carla Sofia Dias Brasil	1758052	DE	Mestrado	carla.brasil@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Lucyene Lopes da Silva	1893535	DE	Doutorado	lucyene.nunes@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Kênia Zanella	1958927	DE	Mestrado	kenia.zanella@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Victor Martins de Sousa	1999717	DE	Mestrado	victor.sousa@ifc.edu.br	(48)3533-4001

9.4. Colegiado

Membro	Cargo	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
---------------	--------------	--------------	---------------------------	------------------	---------------------------	-----------------

Alex Fabiano Wehrle	Docente	2056685	DE	Mestrado	alex.wehrle@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Ana Maria de Moraes	Pedagoga – Supervisora Educacional	1589799	40h	Mestrado	ana.moraes@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Carla Sofia Dias Brasil	Docente	1758052	DE	Mestrado	carla.brasil@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Lucyene Lopes da Silva	Docente	1893535	DE	Doutorado	lucyene.nunes@ifc.edu.br	(48)3533-4001
Kênia Zanella	Docente	1958927	DE	Mestrado	kenia.zanella@ifc.edu.br	(48)3533-4001

9.5. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Nome	Cargo	Titulação	E-mail
Ana Maria de Moraes	Pedagoga – Supervisora Educacional	Mestrado em Educação Agrícola	ana.moraes@ifc.edu.br
Andréia da Silva Bez	Psicóloga	Doutorado em Ciências da Linguagem	andrea.bez@ifc.edu.br
Avelina Claudete Rodrigues Claudino	Lavadeira/Assistente de Alunos	Especialização em Orientação/Supervisão/Gestão	avelina.claudino@ifc.edu.br
Antônio Cosmo dos Santos	Técnico em Laboratório	Tecnólogo em Redes de Computadores	antonio.santos@ifc.edu.br
Antônio Marcos Marangoni	Administrador	Mestrado em Administração	antonio.marangoni@ifc.edu.br
Cledimara dos Santos Klaus	Técnico em Enfermagem	Ensino Médio	cledimara.klaus@ifc.edu.br
Cristiane Lied	Assistente Administrativo	Especialização MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	cristiane.lied@ifc.edu.br
Dalvana Silva da Gama	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialização em Educação	dalvana.gama@ifc.edu.br
Diego Monsani	Bibliotecário	Mestrado em Gestão de Unidades de Informação	diego.monsani@ifc.edu.br
Eliane Inácio Trajano	Assistente de Aluno	Graduação em Psicologia	eliane.trajano@ifc.edu.br

Famelene Ferraz da Silva	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	famelene.silva@ifc.edu.br
Gerusa da Rosa Bez de Souza	Assistente de Alunos	Licenciatura em Letras Português/Inglês	gerusa.souza@ifc.edu.br
Lônia Lúcia Lied	Lavadeira/Auxiliar de Biblioteca	Especialização MBA em Gestão de Recursos Humanos	lonia.lied@ifc.edu.br
Luciana Cândido dos Santos	Auxiliar de Limpeza	Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	luciana.santos@ifc.edu.br
Maria Lúcia Duarte de Lima	Auxiliar de Limpeza/Assistente Administrativa	Ensino Médio	maria.lima@ifc.edu.br
Milena Alves Bratti	Assistente Administrativo	Especialização MBA em Gestão de Recursos Humanos	milena.bratti@ifc.edu.br
Paula Guadanhim Generoso	Assistente Administrativo	Mestrado em Administração	paula.generoso@ifc.edu.br
Patrícia Kellen Pereira	Auxiliar de Biblioteca	Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares	patricia.pereira@ifc.edu.br
Reginaldo Luiz Cipriano	Almoxarife	Tecnólogo em Gestão de Turismo	reginaldo.cipriano@ifc.edu.br
Rose Mara dos Santos Colombara da Silva	Assistente de Alunos	Especialização em Orientação/Supervisão/Gestão	rose.santos@ifc.edu.br
Silvana Bauer Rocha	Assistente Administrativo	Graduação em Administração	silvana.rocha@ifc.edu.br
Tânia Maria de Souza Goulart	Assistente de Alunos	Licenciatura em Pedagogia	tania.goulart@ifc.edu.br
Ulysses Tavares Carneiro	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestrado em Educação Agrícola	ulysses.carneiro@ifc.edu.br
Vanessa da Silva Rocha	Tradutor e Intérprete de Libras	Especialização em educação de surdos	vanessa.rocha@ifc.edu.br
Vanessa Dias Espindola	Assistente Social	Especialização em educação especial e educação inclusiva	vanessa.espindola@ifc.edu.br

9.6. Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação

As diretrizes e as estratégias de capacitação institucionais são fundamentais para viabilizar continuamente o desenvolvimento dos servidores do IFC, seja por meio de cursos ou por meio de incentivos à capacitação.

O Plano Anual de Capacitação (PAC) visa atender às determinações legais sobre a capacitação do servidor, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de habilidades úteis à instituição por meio do desenvolvimento das competências individuais.

Tem-se ainda o Programa Institucional de Qualificação de servidores do Instituto Federal Catarinense PIQIFC, que tem por objetivos viabilizar a formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, dos integrantes do quadro de pessoal permanente do IFC, bem como estruturar e contribuir para a constituição de uma política permanente de formação de docentes e técnicos do IFC. São oportunizados ainda capacitações em eventos externos.

No processo de formação continuada oferecido no *campus*, conforme definido em calendário acadêmico ou convite/convocação da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, é incentivada a participação dos Docentes e dos Técnicos Administrativos.

10. Instalações físicas

10.1. Biblioteca

A Biblioteca do IFC – *Campus* Avançado Sombrio foi criada em 2010 e integra o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) do IFC. Possui aproximadamente 210 m², conta com um acervo de cerca de 6000 materiais, acesso ao portal da Capes, catálogo do acervo disponível online e demais serviços para atender seus 700 interagentes. A equipe da biblioteca é composta por quatro pessoas: um bibliotecário, um auxiliar de biblioteca e um técnico administrativo.

10.2. Áreas de ensino específicas

A estrutura pedagógica existente, atualmente, no IFC Campus Avançado Sombrio está orientada para oferecer sustentação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em uma perspectiva de articulação destes três eixos, tanto no ensino Superior, como no ensino Básico/Técnico. Desta forma, partindo de uma Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), a parte pedagógica organiza-se em três coordenações (coordenação pedagógica, coordenação de pesquisa e coordenação de extensão), com seus respectivos setores de apoio pedagógico.

Além destas coordenações e setores, o DDE conta com órgãos colegiados, que acompanham as diversas atividades escolares e acadêmicas relativas aos cursos oferecidos e atuam de maneira consultiva e propositiva. Atualmente os órgãos colegiados do Campus Avançado Sombrio são os seguintes: NUPE – Núcleo Pedagógico; NDE – Núcleo Docente Estruturante; NDB – Núcleo Docente Básico; Comitê de Pesquisa; Comitê de Extensão; Comissão Disciplinar Discente.

No que se refere ao suporte documental, a estrutura pedagógica do Campus Avançado Sombrio está ancorada, principalmente, no PDI e PPI do IFC, nos Projetos pedagógicos dos Cursos e na organização didática, além das demais regulamentações relativas a cada coordenação ou setor (regulamentos do Comitê de Extensão e de Pesquisa; regulamentos da comissão disciplinar; Resoluções do CONSUPER; Resoluções do CONCAMPUS, entre outras).

10.3. Área de esporte e convivência

O *Campus* Avançado Sombrio possui quadra poliesportiva e centro de convivência de alunos. Ainda no piso térreo, na ligação entre os dois prédios, que resulta em área coberta, há uma área de lazer e convivência para os alunos.

10.4. Área de atendimento ao estudante

Na área construída do IFC - *Campus* Avançado Sombrio encontram-se instalados dois prédios de 03 pisos, denominados Bloco A e Bloco B. O Bloco A destina-se às atividades pedagógicas, abrigando a maior parte dos laboratórios e salas de aula, bem como ambientes pedagógicos complementares. O Bloco B destina-se às atividades administrativas e de gestão pedagógica, além de outros ambientes complementares que servem ao trabalho pedagógico. Os blocos A e B estão ligados por passarelas e o Bloco B possui 01 elevador, garantindo assim condições de acessibilidade.

O IFC - *Campus* Avançado Sombrio possui o Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento ao Educando – SISAE, o qual tem o objetivo de acompanhar o aluno em seu desenvolvimento psicossocial, bem como em suas rotinas estudantis, observando questões disciplinares e de desempenho escolar. Este setor conta com uma equipe multidisciplinar de psicóloga, assistente social, assistente de aluno e orientadora educacional. O SISAE trabalha no sentido de estabelecer melhor aproximação da instituição com os pais, no caso dos alunos; contribuir para o bom desempenho escolar, agindo preventivamente em casos de faltas disciplinares

ou de frequência; promover ações de integração entre alunos e professores/servidores, entre outras finalidades.

Uma das ações que compõem o setor de atendimento ao estudante do IFC é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa garantir o pleno acesso e a participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas apresentadas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário.

11. Referências

ARAÚJO, L. C. G. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. Vol. 1 e 2. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F.G. *Fundamentos de Administração Financeira*. São Paulo: Atlas, 2010.

BACARJI, A. G. *Formação inicial e continuada: auxiliar administrativo*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná. 2012.

BETTEGA, M. L. (Org). *Eventos e cerimonial: simplificando as ações*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

BRITTO, J.; FONTES, N. *Estratégias para eventos: uma ótica do marketing do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; v. 67).

BRANCO, P. P. M. *Juventude e trabalho: desafios e perspectiva para as políticas públicas. do mundo do trabalho*. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu, 2006, pp. 129 - 148.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.154*. 23 de julho 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.296*. 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.840*. 13 de julho 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9.394*. 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.098*. 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.645*. 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.788*. 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.892*. 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.947*. 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP nº 1/2004*. 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB nº 40/2004*. 8 de dezembro de 2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB). Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 1/2000*. 05 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 2/2005*. 4 de abril de 2005. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 4/2010*. 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Conselho Superior do IFC. *Resolução nº 053/2010/CONSUPER*. 17 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - (PPCP) e do PROEJA-FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na formação inicial e continuada integrada com o ensino fundamental - PPCP-FIC, do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: IFC, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. *Guia Pronatec de Cursos FIC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego*. 4. ed., Brasília, 2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&Itemid=30192>, acesso em 15 de outubro de 2020.

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. *Introdução à informática*. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

CRUZ, T. *Sistemas, organização & métodos*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CHIAVENATO, I. *Administração: teoria, processo e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, I. *Introdução à teoria geral da administração*. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHURCHILL, G. A. *Marketing*. 2. ed. Saraiva: São Paulo, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 1., 2006, Brasília, DF. Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica: educação profissional como estratégia para o desenvolvimento e inclusão social. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

CONSONI, L. A. *Departamento pessoal modelo*. São Paulo: Catho, 2009.

CORRADI, J. A. M. *Acessibilidade em ambientes informacionais digitais: uma questão de diferença*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

CRUZ, T. *Sistemas, organização & métodos*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS, M. S. L.; SOARES, D. H. P. *Planejamento de carreira: uma orientação para estudantes universitários*. v. 1, 1. ed., São Paulo: Vetor Editora, 2009.

DRUCKER, P. F. *Administrando para o Futuro: os anos 90 e a virada do século*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

DRUCKER, P. F. *Administrando em tempos de grande mudança*. São Paulo: Pioneira, 2002.

DUTRA, J. S. *Administração de carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FUNDAÇÃO IDEPAC PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL. *Departamento Pessoal*, 2009.

GRIFFIN, R. W. *Introdução à administração*. São Paulo: Atica, 2007.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018*. Blumenau, 2014.

IFC. *Qualificação Profissional integrada ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos das Redes Municipais e Estadual de Educação de Santa Catarina - IFC*. Blumenau, 2020.

IFC. Resolução nº 10 CONSUPER de 2020 que dispõe sobre as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) no Instituto Federal Catarinense (IFC). Blumenau, 2020.

KINCHESCKI, J. C. *Cerimonial - Hierarquia- Protocolo: para eventos de organizações públicas e privadas brasileiras*. Florianópolis: UDESC/CEPEC, 2002.

KOTLER, P. *Administração de marketing*. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. *Princípios de marketing*. 9. ed. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2005.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de Marketing*. 12. São Paulo: Pearson Education, 2006.

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. *Administração: princípios e tendências*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

LAS CASAS, A. L. *Marketing de varejo*. São Paulo: Atlas, 1992.

LAS CASAS, A. L. *Plano de marketing para micro e pequena empresa*. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, M.; BARROS, D. (Org.). *Orientação profissional: teoria e técnica*. 1 ed. São Paulo: Editora VETOR / ABOP, v. 3, FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.), *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, pp. 11-27.

LUKOWER, A. *Cerimonial e protocolo*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTIM, V. *Manual prático de eventos*. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, G. G. *Comunicação Empresarial sem complicação*. São Paulo: Manole, 2009.

MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução à administração*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2011.

MEIRELLES, G. F. *Protocolo e cerimonial: normas, ritos e pompa*. Brasília: Omega, 2001.

MENDES, G. F. ; FOSTER JR., N. J. *Manual de redação da Presidência da República*, 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

MIRANDA, L. *Negócios & festas - cerimonial e etiqueta em eventos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MONTEIRO, M. A. *Introdução à organização dos computadores*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

MORIMOTO, C. E. *Hardware – o guia definitivo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

MOTTA, F. P. *Teoria geral da administração*. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

NORTON, P. *Introdução à informática*. São Paulo: Makron Books, 2005.

OLIVEIRA, D. P. R. *Planejamento estratégico*. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. 2. ed., São Paulo: Publisher, 2007.

RIBEIRO, A. L. *Teorias da administração*. 2 ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROBBINS, S. P.; DECENZO, D. A.; WOLTER, R. M. *A nova administração*. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, A. A. *Informática descomplicada*. 6. ed. Brasília, DF: Vestcon, 2012.

SARRIERA, J. C.; ROCHA, K. B.; PIZZINATO, A. (Orgs.). *Desafios do mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SARRIERA, J. C.; CÂMARA, S. G.; BERLIM, C. S. *Formação e orientação ocupacional: manual para jovens à procura de emprego*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Site Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: dez. 2020.

SEBRAE, *Fatores condicionantes e taxas de mortalidade de empresas*, Brasília: Sebrae, 1999. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: dez. 2020.

SOARES, D. H. P. *A escolha profissional do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus, 2002.

TAVARES, M. *Gestão estratégica*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TURBAN, E.; RAINER, R. K.; POTTER, R. *Introdução a sistemas de informação*. São Paulo: Câmpus, 2007.

VELLOSO, J. P. R. (coord.). *Construindo sociedade ativa e moderna e consolidando o crescimento com inclusão social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

VELLOSO, F. C. *Informática: conceitos básicos*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Campus, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

WRIGHT, P; KROLL, M; PARNELL, J. *Administração estratégica*. São Paulo: Atlas, 2000.



Emitido em 30/12/2020

PROJETO Nº 177/2020 - DEPE/CAS (11.01.17.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/01/2021 09:24)

VICTOR MARTINS DE SOUSA

DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR

DEPE/CAS (11.01.17.01.01)

Matrícula: 1999717

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
177, ano: **2020**, tipo: **PROJETO**, data de emissão: **04/01/2021** e o código de verificação: **33bda7adcf**